



!iC VNI.1WHI1\_al,!11,40 LIO 111:), 65u 'GINE

PROCESSO Nº 1923 SIGEPE 0525962-2/2012	GRE: Metropolitana Norte
ESTABELECIMENTO: INSTITUTO SÃO CARLUS CADASTRO ESCOLAR: P 109.317	ASSUNTO. Regimento Substitutivo e autorizar a implantação do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano

O **SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES**, por intermédio da Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação, através da Gerência de Normatização do Ensino, de acordo com o Artigo 10, Incisos IV e V, com base no Artigo 32 da Lei Federal nº 9.394/96, alterada pelas Leis Federais Nº 11.274/06 e Nº 12.796/13, resolve aprovar o **REGIMENTO SUBSTITUTIVO** e autorizar a implantação do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, proposto pelo **INSTITUTO SÃO CARLUS**, Cadastro Escolar P -109.317, localizado à Rua Cajueiro Seco, nº 117, Conjunto Beira Mar - Janga. CEP 53.435- 470, no município de Paulista, jurisdicionado à GRE Metropolitana Norte, neste Estado, funcionando com Ensino Fundamental.

Rec4;2,7408/2014

**REGIMENTO SUBSTITUTIVO**

**INSTITUTO SÃO CARLUS**

# INSTITUTO nein

Rua Cajueiro Seco, 117, Beira Mar - Janta. Paaligia-PF. • ('F P: 53415-470

Cadalltro IrAxcolar - Ib. 109.317 Portaria de Autortraclio- 3701

11' -PI, de 24.05.2005 - ("NP.1: 06.886.809/0001-49

NO2592

ite•itulmancarlava hotmail.com

151.886.809/0001-4

INSTITUTO SÃO CARLOS

SINONIMIA INDA MENTAL

•Itue Catueírc co, to 117

fia, "nu! itta/PE

CEP: 53.435-470

%

%evretairiti de 1 .ducação do Talado de Pernambuco

INSTITUTO SÃO CARLOS 11.... 5

Rua Caluetro Seco, 117

Mnia, Paulista/PI

109 317 / Port. 3701 25

011,111114105/W<sup>24</sup>

1:u. Sheila Patricia Cardoso da Silva, CPF 032.127.154 80, R6 n° 5 845.8t)•;, it-sidente à Rua Solmar n. 611, CEP 53.435 - 340. Janga-Pernambuco-Pt. fone: Kg2t■ un7. 8810.1377, representando o instituto São Carlus, vem através do presente. tryuerer a Vossa 1...m:ciência. análise e aprovação do Regimento Substitutivo da citada escola. autoriza a funcionar através da Portaria n° 3701 (DOE-PE de 24.05.2005i. Cadastro Escolar ne P.10 .317, funcionando com Ensino Fundamental de 1' a 4' série, a qual solicita implantação do Ensino Fundamental de 1° ao 5° ano.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Paulista, 23 de Julho de 2014.



Diretora

8kkRIM Cabe414IN4

011•110T11

Aut. Np. 77102014

PORTARIA SEDUC tf 31'01 de 23 de as da RN

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO ar armo, ~IX s S.C1.410P4 ELeNdirm as Des~vonwdo Eaucacio ando ion] viM 0 paieold lo votavoi<sup>aa</sup> Gatettua LO,4V INGV. \*polia/ o Riprinnio • amam comam\* o qu• oebsirruna os Artigos 2kenolim F•01041' ilw 93.44.1b .eReLkNe AMENIK...) dp RINSTITUTO SÃO CARLUS C40d-SCIO EACCiet P iCke 3 t 7 hocaenza Cta • Rio Capam° Seco, n° 117 COOMniQ' óuaMIO Jiirip CEP 53 436-470 no ,COO 04 P41,4~11. «rua Eill~ Com E.0~0 mana • Enaino Fundamental de 1'a 4' asna

**REGIMENTO SUBSTITUTO  
INSTITUTO SÃO CARLUS**



**TÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. P O INSTITUTO SÃO CARLUS, preparou seu Regimento Substitutivo com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDBEN ( Lei n 9.394/96 de 20/12/1996) e os demais dispositivos legais, na perspectiva da qualidade social da educação e do ensino como direitos de todos, em seus diferentes níveis e espaços educativos buscando um rumo, uma direção, uma ação intencional com um sentido explícito e um compromisso definido coletivamente, consolidado a preparação para o exercício da cidadania e proporcionando preparação básica para o trabalho.**

**TÍTULO II  
DA CARACTERIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO  
CAPÍTULO I  
DA DENOMINAÇÃO, LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E MANTENEDOR.**

**Art. 2<sup>2</sup> O INSTITUTO SÃO CARLUS é uma instituição educacional com sede a Rua Cajueiro Seco, 117, Conjunto Beira Mar, Janga — PE, CEP 53.435-470, CNPJ: 06.886.809/0001-49, Portaria SEDUC — 3701 - Cadastro Escolar — P.109.317, Telefones: 3023-5992 / 8828-3937.**

**Art. 3<sup>2</sup> O INSTITUTO SÃO CARLUS oferece suas atividades a alunos de ambos os sexos, com intervalo para lanche, nos seguintes turnos:**

**I        manhã de 7 h e 20 min. às 11 h e 20 min.**

**II - tarde de 13 h e 20 min. às 17 h e 20 min.**

**Art. 4<sup>2</sup> O INSTITUTO SÃO CARLUS é uma organização privada mantida por: Maria Esmeralda de Oliveira, CPF 022.989.724-00, RG 5.246.604 SSP PE , residente à rua Dr. Luiz Inácio de Andrade Lima , n° 300 BL D-14 Apt° 102, Janga-Paulista-PE, CEP 53.435 — 470.**

**CAPITULO 11  
DA ETAPA DE ENSINO**

**A<sub>r</sub>t, 52 O INSTITUTO SÃO CARLUS funciona com Educação Básica na etapa, Ensino fundamental de 1° ao 5° ano/ 2a à 4a série.**

Parágrafo b) talco. A implantação do Ensino Fundamental de Iº ao 5º ano se dará conforme Lei Federal 11724/05 e Resolução N. OVOS CNIXER, será de forma gradativa e aos alunos do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série será gradativamente extinto.

## TFT111,0 III DOS PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS DA ESCOLA CAPÍTULO I

### DOS PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS

Art. 6º O INSTITUTO SÃO CARLOS tem seus princípios filosóficos fundamentados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, oferecendo a seus educando serviços educacionais, baseados nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para acesso e permanência escolar,
- II - valorização do profissional da educação;
- III - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- IV - valorização da experiência extra-escolar.

## CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

A. 7º Põe em prática os princípios pedagógicos apresentados pela Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional, complementando o desenvolvimento de capacidades, dentro de uma visão dinâmica e inovadora, aberta às mudanças, que possibilitem adaptações, acompanhado as transformações do mundo contemporâneo, como:

- I - o trabalho com diferentes dimensões do desenvolvimento humano;
- II - o diálogo professor/estudante na condição do processo ensino-aprendizagem;
- III - o desenvolvimento de projetos na área social, educacional e cultural com o Compromisso ético com a coletividade;
- IV - o planejamento integral com as ações educacionais;
- V - elevação qualitativa do rendimento escolar;
- VI - a utilização de recursos pedagógicos que possibilitem ao estudante o acesso e o Desenvolvimento do conhecimento na suas diversas áreas;
- VII - o desenvolvimento de atividades diversificadas e através de práticas de participação Solidária.

### **CAPÍTULO III DAS FINALIDADES DA ESCOLA**



**Art, 8º O INSTITUTO SÃO CARLUS estabelece também como finalidades**

- I - manter o Ensino Fundamental de 2ª a 4ª série e do 1º ao 5º ano de forma gradativa;**
- II - adotar metodologia do ensino diversificado, que estimule a reconstrução do conhecimento e do raciocínio, na experimentação de soluções de problemas e outras competências cognitivas, desenvolvendo no aluno uma postura filosófica consciente da vida;**
- III - intervir efetivamente para proporcionar o desenvolvimento e a socialização de seus alunos.**

### **TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA ESCOLA**

**Art. 9º Aplicar** procedimentos pedagógicos movidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 de acordo com a visão da escola, capaz de atender as reais necessidades de seus alunos, a partir dos seguintes procedimentos:

- I - investimento educativo contínuo e sistemático, para que o professor se desenvolva como profissional de educação.**
- II - elaborar e executar o Projeto Político-Pedagógico da escola;**
- III - privilegiar sempre o trabalho cooperativo e**
- IV .desenvolver metodologias de ensino e avaliação que permitam o desenvolvimento do potencial de criticidade e criatividade.**

### **CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

**Art. 10 O currículo vivenciado pelo INSTITUTO SÃO CARLUS foi elaborado em conformidade com** a legislação vigente, observando os seguintes aspectos.

**parágrafo único. Os currículos devem abranger obrigatoriamente o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade Social e Política, especialmente do Brasil, bem como o ensino da Arte e Educação Física.**

### CAPÍTULO III

#### DOS PROGRAMAS

I C O C

A r t .

1

1

,---

Os programas, projetos e planos curriculares das diferentes etapas de, devem preservar as diretrizes pedagógicas das áreas do conhecimento, atendendo a legislação em vigor e assegurando o planejamento específico, mediante proposta pedagógica apropriada, cuja finalidade é garantir sua identidade e diversidade cultural.

### CAPÍTULO IV DO PERÍODO LETIVO

**Art. 12** O período letivo terá duração de 200 (duzentos) dias, sem contar com o período de avaliação, 40 (quarenta) semanas, e uma carga horária anual mínima de 800 (oitocentas) horas anuais distribuídas em 02 (dois) semestres, com início e término, fixados no calendário escolar, conforme a Lei Federal de Diretrizes e Bases — LDB n 9.394/96.


**Art. 13** O calendário escolar é elaborado anualmente pela Direção e Equipe Técnica-Pedagógica do **INSTITUTO SÃO CARLUS**, assegurando aos 200 (duzentos) dias letivos estabelecidos pela Lei n 9.394/96.

**Art. 14** O Calendário Escolar deve atender ao disposto na legislação vigente, bem como às normas baixadas em instrução específica da Secretaria de Educação, fixando:

- I - início e término das atividades docentes e discentes;
- II - reuniões pedagógicas e ou administrativas;
- III - dias determinados para o período de Exames Especiais;
- IV - feriados e ou antecipações;
- V - recessos e férias escolares;
- VI - reuniões de Conselho de Classe e
- VII- capacitação de docentes.

**Art. 15** As férias discentes são nos meses de janeiro e julho e as docentes de 30 (trinta) dias a serem gozados no mês de julho, ficando os professores nos demais meses do ano à disposição da Escola.

**Art. 16** As alterações no Calendário Escolar, determinadas por motivos relevantes devem ser comunicadas à todos os seguimentos competentes da escola em tempo hábil, para providências cabíveis.

cias  


**Art. 17** O processo de matrícula fica sob a responsabilidade da Direção e Equipe Técnica Administrativa, e será efetivada conforme o número de vagas estabelecidas de acordo com a capacidade física do prédio e os quantitativos de alunos estipulados para cada ano, obedecendo às orientações legais vigentes.

**Art. 18** O serviço de matrícula deve receber o assessoramento técnico administrativo e pedagógico quer seja a matrícula inicial, renovada ou por transferência, a fim de que sejam cumpridas as exigências legais

assegurando a regularidade escolar do aluno.

**Art. 19** O período determinado para realização da matrícula:

I - para matrícula renovada no mês de dezembro;

II - para matrícula inicial, nos meses de janeiro;

III - para matrícula por transferência, durante todo o ano letivo, para todos os alunos conforme o número de vagas e

IV - independentemente de vagas, para o aluno cujo pai ou responsável seja servidor público, civil ou militar transferido por força de remoção.

**Art. 20** A data da matrícula será divulgada através de faixas e cartazes fixados na própria escola.

**Art. 21** A matrícula, em qualquer caso, é efetuada mediante requerimento do pai ou responsável, ou do próprio aluno, se maior, à Direção da Escola.

**Art. 22** No ato da matrícula é necessário a seguinte documentação:

I - cópia da certidão de nascimento;

II - histórico escolar, a partir da 2ª série/ 2º ano do Ensino Fundamental;

III - ficha individual para transferência, ocorrida durante o ano letivo;

IV - cópia de carteira de vacinação atualizada.

V - Comprovante do fator RH e grupo sanguíneo;

VI - Cópia de comprovante de residência com CEP.

**Parágrafo único.** Para o aluno do 1º ano será solicitado apenas apresentação da Cópia da Certidão de Nascimento e da carteira de vacinação; e se transferido no decorrer do ano letivo deverá acompanhar ficha individual.

**Art. 23** Na ficha individual constarão os resultados de frequência e aproveitamento do aluno até a



**data que frequentou, na escola de origem, o ano que estiver cursando.**



**Art. 24** Este estabelecimento aceitará a ficha individual do aluno transferido que apresentar o resultado do aproveitamento expresso em menções ou conceitos.

**Art. 25** Quando o aluno não puder comprovar os estudos anteriormente feitos, deverá o estabelecimento efetuar a matrícula desde que obedeça ao que preceitua a legislação vigente para o assunto.

**Art. 26** Para matrícula renovada, além do documento assinado pelo pai ou responsável, será exigida a informação da secretaria sobre o ano que o aluno terá direito de cursar.

**Art. 27** Excepcionalmente, a matrícula poderá ser efetuada mediante apresentação de declaração, e, no prazo de 15 (quinze) dias, o aluno deverá apresentar o histórico escolar expedido pela escola de origem.

**Art. 28** Na matrícula por transferência, após a análise do Histórico Escolar, o aluno será matriculado:

I - sem restrições;

II - com direito a recuperação e reclassificação em qualquer situação.]



## **CAPÍTULO VI DA TRANSFERÊNCIA**

**Art. 29** A transferência poderá ser feita durante todo o ano letivo, sendo a sua aceitação considerada ao cumprimento das exigências legais e à existência de vagas.

**Art. 30** Será permitida a transferência do aluno que estiver dependendo de recuperação para efeito de promoção de ano, mediante declaração assinada pelo pai ou responsável.

## **CAPÍTULO VII DA FREQUÊNCIA**

**Art. 31** A verificação da anuidade será feita do início ao fim do período letivo em todas as atividades relativas aos componentes curriculares.

**Art. 32** Ter-se-á como aprovado quanto à assiduidade o aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária anual.

A handwritten signature in the bottom right corner of the page.

**Art. 33** O registro de frequência, em qualquer série/ano, deverá constituir-se um referencial para compreensão do nível de assiduidade do aluno bem como para a busca de identificação dos fatores que dificultam, às vezes, a referida frequência.

## **CAPITULO VIII DAS FORMAS DE EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS DA VIDA ESCOLAR**

**Art. 34** Cabe ao INSTITUTO SÃO CARLUS expedir:

- - histórico escolar..
- II - declaração de conclusão de ano e
- III - transferência.



## **CAPÍTULO IX DA SISTEMÁTICA DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

**Art. 35** No INSTITUTO SÃO CARLUS a avaliação é vista como um acompanhamento da aprendizagem, contínuo, como uma espécie de mapeamento que vai identificando as conquistas e os problemas dos alunos em seu desenvolvimento, tendo caráter investigativo e processual, passando a contribuir com a função básica da escola, que é promover o acesso ao conhecimento.

**I** - para o Ensino Fundamental a avaliação do rendimento escolar é feita de forma contínua e cumulativa do desempenho do aluno com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

**II** - nas avaliações bimestrais do Ensino Fundamental serão atribuídas notas escalonadas de 0 (zero) a 10 (dez), graduadas de 5 (cinco) em 5 (cinco) décimos para arredondamento.

**Art. 36** O processo avaliativo deve possibilitar ao professor identificar dificuldades de aprendizagem e criar mecanismo que permitam ao aluno avançar, possibilitando a reorganização de conteúdos, metodologias de ensino e dos procedimentos avaliativos.

**Art. 37** A avaliação da aprendizagem deve possibilitar avanço nos anos mediante verificação do aprendizado, aproveitando de estudos concluídos com êxito e obrigatoriamente de estudos de recuperação para o caso de baixo rendimento escolar.

**Art. 38** A avaliação do aproveitamento escolar compreende a avaliação da aprendizagem.

